

-----**ACTA N.º 2/2011**-----

-----Aos 29 dias do mês de Abril de 2011, pelas 20:30h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Ana Isabel Lucas Cabral Janelas, estando presentes os seguintes membros:-----

- José Albano Pereira Marques;-----
- Armando Jorge Gonçalves Almeida Neves;-----
- António Manuel dos Reis Álvaro;-----
- Carla Manuela Rodrigues Duarte Cruz;-----
- Diana Patrícia Duarte Seco;-----
- Vera Lúcia Proença Henriques;-----
- Albino Freire Bárbara;-----
- Luís Carlos Fernandes Santos;-----
- Henrique Gonçalves de Albuquerque Alves;-----
- António Rego Rodrigues Veloso;-----
- Isabel Cristina Lopes Andrade;-----
- Frederico Manuel Martins Sena;-----
- António José Achando da Fonseca;-----
- Ana Isabel Lopes Correia;-----
- Júlio dos Santos Ambrósio;-----
- Horácio Monteiro Antunes;-----
- Nuno Miguel Rodrigues Nascimento;-----
- Carlos Abel Gonçalves da Silva Patrocínio, Presidente da Junta de Freguesia de Açores;-----
- Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal;-----
- Joaquim Pires Diogo, Presidente da Junta de Freguesia de Cadafaz;-----
- Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Carrapichana;-----
- Júlio Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas de Soeiro;-----

-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Cortiçô da Serra; -----  
-----José Jorge da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro; -----  
-----Joaquim Fernando Costa Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----  
-----Jorge Manuel Ferreira Mimoso, Secretário da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, em substituição do Senhor Paulo Sérgio da Silva Mimoso, -----  
-----Daniel Cadete Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----  
-----João da Silva Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Mesquitela; -----  
-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----  
-----Porfírio Miguel da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados; -----  
-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Rapa; -----  
-----Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Ratoeira; -----  
-----Luís Filipe da Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Salgueirais; -----  
-----Sandra Cristina Correia Venâncio de Abreu, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria; -----  
-----José Rocha Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro;-----  
-----Alexandrino Manuel Pereira Ferreira da Silva e Faria, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----  
-----Carlos José Osório Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Velosa;-----

-----António José Gonçalves Martins, Secretário da Junta de Freguesia de Vide-Entre-Vinhas, em substituição do Senhor António Manuel Morgado Rodrigues; -----

-----César Ferrinho de Olival, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Mondego. -----

-----Faltaram a esta sessão os seguintes membros: -----

-----António Agostinho Lucas da Silva; -----

-----António Júlio da Silva Veiga Simão; -----

-----Milena Sandra Tavares Esteves; -----

-----Diogo Afonso de Belfort Cerqueira Pereira Henriques; -----

-----Patrícia Cristina Figueiredo Parente. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia, secretariada pelos Senhores Deputados, António Manuel dos Reis Álvaro e Horácio Monteiro Antunes, na qualidade de primeiro e segundo secretários respectivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município. -----

-----Usou da palavra o Senhor **Deputado Henrique Alves** para fazer um balanço desportivo do concelho, referindo-se à modalidade de futebol. De seguida, e em relação à modalidade de natação, disse que a mesma, praticamente não existe. Disse também, que a modalidade de andebol e ténis de campo nunca arrancou. Já relativamente ao basquetebol o mesmo merece uma nota positiva. -----

-----Por fim, deu conhecimento de que existe um número considerável de atletas a receber formação fora do concelho. -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** começou por cumprimentar todos os presentes e agradecer pessoalmente ao Senhor Presidente da Câmara, pela disponibilidade prestada aquando da solicitação do Agrupamento de Escolas de Trancoso, relativamente a uma visita ao Castelo de Celorico da Beira, seguida de uma passagem no Solar do Queijo Serra da Estrela, com deslocação posterior à Aldeia Histórica de Linhares da Beira.-----

-----De seguida, começou por referir que é do conhecimento público que decorreu uma inspeção por parte do IGAL à Câmara Municipal durante os últimos meses, pretendendo saber quais as áreas e a que anos se reporta a referida inspeção. Questionou também, se esta inspeção já estava prevista, ou se foi a Câmara Municipal que a solicitou.-----

-----Disse que na última sessão da Assembleia Municipal, havia felicitado a autarquia pela iniciativa do 1.º Encontro e Prova Internacional de Vinho, mas que pretendia saber, de que forma, este evento está a surtir efeito para o concelho de Celorico da Beira. -----

-----Referiu ter recebido uma informação da Câmara Municipal relativamente ao CMJ, questionando se poderia indicar os nomes nesta sessão, ou se o fazia por escrito.-----

-----O Senhor **Deputado António José da Fonseca** começou por questionar o Senhor Presidente da Câmara se tem conhecimento de uma viatura que se encontra avariada no parque da Câmara e que serve de abrigo e refúgio a alguns funcionários, que inclusive se servem dela para jogar às cartas. -----

-----De seguida, pretendeu também saber o porquê de o estacionamento junto à autarquia, se encontrar vedado ao público.-----

-----Sobre a Feira do Borrego disse que aquando da sua realização no ano de 2008/2009, a Câmara Municipal comprava os borregos aos produtores a 5€, pretendendo saber, qual o preço pelo qual foi comercializado posteriormente. -----

-----Por fim, pretendeu saber qual o ponto de situação relativamente ao assalto e o que foi furtado. -----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro** disse que havia enviado uma carta para a autarquia em relação às obras do cemitério de Celorico-Gare, mas que até à data ainda não obteve qualquer resposta, pretendendo saber qual o ponto de situação. -----

-----O Senhor **Deputado Frederico Sena** começou por referir que no site da concelhia do PSD, é feito um ataque ao CLDS e à Senhora Olga Marques. Frisou que nesse mesmo documento, se referem à Dr.<sup>a</sup> Olga Marques e passou a citar: “irmã do Director da Segurança Social e Presidente da Federação do Partido Socialista da Guarda – José Albano Pereira Marques”, dizendo que não deveriam referir-se às pessoas desta maneira. Refere ainda este documento, que os carenciados e desfavorecidos beneficiários deste projecto, estão claramente identificados e têm algo em comum, ou seja, o cartão de militante do Partido Socialista, discordando desta análise. -----

-----Disse que o CLDS tem realizado um bom trabalho, e que intervém em quatro eixos de acção: Emprego/Formação e Qualificação, Intervenção Familiar e Parental, Capacitação da Comunidade e das Instituições e Informação e Acessibilidades. -----

-----De seguida, referiu que o executivo havia sido acusado, de apenas dar subsídios aos Bombeiros Voluntários durante o ano de 2010, dizendo que tal afirmação não corresponde à verdade. Disse que na reunião de Câmara realizada no dia 19/01/2011 havia sido chumbado pela oposição, o Protocolo para o Enquadramento de Pessoal Destinado a Integrar as EIP,

sendo que, os cinco elementos que a constituem estiveram na eminência de ser despedidos. Tal acto não aconteceu, uma vez que o Dr. António Silva conseguiu sanar este problema com a apresentação de um novo Protocolo. Acrescentou ainda, que as EIP são pagas 50% pela Câmara e os outros 50% pela ANPC. -----

-----O Senhor **Deputado Nuno Nascimento** começou por cumprimentar todos os presentes e referindo-se à intervenção do Senhor Deputado Frederico Sena, disse que a transferência feita para os Bombeiros Voluntários durante o ano de 2010 foi cerca de 32 mil euros, ou seja, a maior de todas. -----

-----Referindo-se aos dados publicados pelo PSD, disse que os mesmos são oficiais. Relativamente aos “cartões”, disse que segundo dados obtidos, todos os membros da referida IPSS estão conectados com cartão de militante do Partido Socialista. Refere que nada os move contra as pessoas, e assim sendo, devem deixar-se de políticas e apoiar as pessoas. Por fim, pediu desculpas se feriram susceptibilidades com a publicação deste documento. -----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Minhocal** referindo-se ao CLDS disse que é uma Instituição que deveria ser louvada. Enquanto Presidente de Junta de Freguesia disse que sempre foram convidados a participar em todas as actividades promovidas pelo CLDS. ----

-----Agradeceu também, à Câmara Municipal pelas obras realizadas na sua freguesia. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Deputado José Albano** disse que a sua intervenção prende-se com as intervenções feitas pelos Senhores Deputados. Começou por dizer que a Associação Desportiva, Cultural e de Melhoramentos de Casas de Soeiro, é uma IPSS que desenvolve

actividades de apoio social à população idosa e contém as valências de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário. -----

-----Disse que os jovens que se foram estabelecendo no concelho são de todos os partidos, sendo esta, uma mais-valia para criar riqueza local com as empresas. Louva o facto de ser a sua irmã, Dr.<sup>a</sup> Olga Marques, a Presidente da Direcção da referida Associação. O CLDS tem como parceiros o Instituto de Segurança Social, a Câmara Municipal de Celorico da Beira e a Associação Desportiva Cultural de Melhoramentos de Casas do Soeiro. Disse que tem sido feito um trabalho meritório, através da intervenção junto dos mais carenciados, dos mais desfavorecidos, sejam crianças, jovens e idosos. Disse também, que na Associação das Casas de Soeiro, quem manda são os sócios, que até têm cartão do PS, mas não é por esse facto, que terão de ser perseguidos politicamente.-----

-----De seguida, referiu que há 10 anos atrás foi criado um projecto no âmbito do Programa de Luta contra a Pobreza, e do qual nunca lhes foi dado conhecimento de qualquer informação. -----

-----Acrescentou também, que não é de bom-tom, ver mencionado o nomes dos funcionários na *Internet*. Deu conhecimento de que está aprovado mais um projecto no valor de meio milhão de euros, para o CLDS.

-----Para finalizar, referiu que quando um dia o PSD chegar ao Poder, que faça algo de novo pelo concelho.-----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** referiu que também ele é sócio desta Associação, e como tal, estes assuntos deveriam ser discutidos em sede própria para o efeito e não nesta Assembleia Municipal. -----

-----De acordo com o disposto no n.º 7, do artigo 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** cumprimentou todos os presentes e deu a palavra ao Senhor Vereador José Luís Cabral, para prestar alguns esclarecimentos. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** em resposta ao Senhor Deputado Henrique Alves, disse que embora Celorico da Beira, tenha equipas mal posicionadas a nível de resultados, demonstra que existem pessoas a praticar desporto. Relativamente ao ténis deu conhecimento de que irá ser realizado um torneio, à semelhança do ano passado. Disse que a autarquia tem dificuldades financeiras e como tal não poderá contribuir para todos os clubes. Disse também, que todas as actividades desportivas que se têm realizado a Câmara Municipal têm apoiado através da cedência de transporte para deslocações. -----

-----Em relação ao CLDS disse que a Câmara Municipal é parceira e como tal é inconcebível ouvir as críticas que foram feitas. O CLDS de Casas de Soeiro poderia denominar-se do Concelho e não anda de porta em porta a questionar qual a cor do “cartão”. Sugeriu que o Senhor Deputado Nuno Nascimento esteja presente na próxima Assembleia da referida Associação e verificasse o trabalho que é realizado. Deu conhecimento dos objectivos do CLDS, passando a citar os mesmos: Gabinete de Empregabilidade especializado no apoio à criação do próprio emprego; Gabinete de Recursos Humanos e Qualificação para sinalização e acompanhamento de situações de crise identificados no concelho, entre outros. Referiu que o CLDS de Casas de Soeiro tem efectuado a recolha e organização de roupas, brinquedos, cobertores, carrinhos de bebé, para famílias carenciadas. -----

-----Deu também conhecimento das actividades que são promovidas pelo CLDS, ou seja, colónia de férias em que participaram crianças carenciadas do concelho, a celebração do Dia dos Avós, comemoração do Dia Mundial da Criança, formações em diversas áreas, organização de passeios, Encontro de Gerações, actividades cuja despesa é suportada pelo CLDS.



Existem 22 freguesias no concelho e o porquê de não haver pelo menos 11 a desenvolver actividades nesse sentido. -----

-----De seguida, disse que antigamente havia pessoas a entregar currículos em Associações e que os mesmos iam directamente para o caixote do lixo e que também tinham uma cor de “cartão”, acrescentando que as pessoas que escreveram esta notícia, no passado, faziam parte desses mesmos órgãos. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a Câmara Municipal congratula-se com todas as Direcções Desportivas que têm dinamizado o desporto no concelho. Disse que a autarquia tem auxiliado com o transporte, mas que monetariamente não é possível ajudar todas as camadas jovens. -----

-----Em relação à Inspeção do IGAL, deu conhecimento de que a mesma durou um mês e que foi requerida pela Câmara Municipal. Esta inspeção incidiu principalmente sobre as seguintes matérias: atribuição de subsídios, recursos humanos e assiduidade. Disse ter havido denúncias por parte de outras forças partidárias, que também foram investigadas pelo IGAL. Referiu que posteriormente, e quando tiver o relatório dessa mesma Inspeção, irá dar conhecimento à Câmara e Assembleia Municipal, ressaltando que nada poderá ser fotocopiado, segundo indicações do Senhor Inspector. -----

-----No que concerne à realização do evento 1.º Encontro e Prova Internacional de Vinho, agradeceu o reconhecimento feito pelo Senhor Deputado Amando Neves na última Assembleia Municipal e disse que o retorno deste evento prende-se com o Turismo, ou seja, houve grande afluência de turistas e jornalistas ao concelho, o que foi também benéfico para a Hotelaria, Restauração, Venda de Queijo, considerando um desenvolvimento importantíssimo para o concelho de Celorico da Beira. Nesta sequência, deu também conhecimento de que possui uma revista

para oferecer ao Senhor Deputado Júlio Ambrósio, pelo facto de ter artigos relacionados com a sua pessoa, sobre a Feira do Queijo.-----

-----Em relação à questão do Senhor Deputado Armando Neves, sobre a indicação dos representantes no CMJ, disse que o mesmo deverá ser feito através de um ofício dirigido à Câmara Municipal.-----

-----Já no que diz respeito à viatura que se encontra no parque da Câmara, referiu que não tinha conhecimento dessa situação, mas que iria averiguar os factos. Sobre o parque de estacionamento adstrito à autarquia, deu conhecimento de que os trabalhos de iluminação ainda não estão concluídos e que posteriormente irão proceder à colocação de parómetros, razão pela qual ainda se encontra vedado ao público.-----

-----De seguida e fazendo referência ao assalto, disse já terem conhecimento do Relatório Final e que está no Gabinete Jurídico caso pretendam consultar. Foram ressarcidos de um valor simbólico, não sendo sequer suficiente para comprar um computador.-----

-----Sobre as obras de ampliação do Cemitério de Celorico-Gare, solicitadas pela Junta de Freguesia de Fornotelheiro, disse que foi submetido o concurso através da plataforma electrónica e que apenas um concorrente apresentou proposta, tendo a mesma sido excluída, de acordo com a alínea l), do n.º 2, do artigo 146º, do Código de Contratos Públicos. --

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** ainda em relação ao desporto deu os parabéns ao Celorico Basket, referindo que existem muitos jovens no concelho a praticar esta modalidade.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia propôs que fossem incluídos na Ordem de Trabalhos os seguintes pontos:-----

-----**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL;**-----

-----**CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL;** --  
-----**PRESTAÇÃO DE CONTAS 2010 DA EMCEL;** -----  
-----**CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DA EMCEL.**-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 6 votos  
contra, aprovar a inclusão destes assuntos, na Ordem do Dia.** -----

-----De seguida, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia propôs  
uma alteração à Ordem de Trabalhos.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 7 votos  
contra, aprovar a alteração à Ordem de Trabalhos.**-----

-----Passando a Ordem de Trabalhos a ser a seguinte:-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA  
25/02/2011;**-----

-----**2. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA  
ASSEMBLEIA;**-----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA  
CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO,  
SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO;**-----

-----**4. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS  
DA CÂMARA MUNICIPAL;**-----

-----**5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE  
PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS A 2010 E CERTIFICAÇÃO  
LEGAL DE CONTAS;**-----

-----**6. PRESTAÇÃO DE CONTAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE  
CONTAS 2010 DA EMCEL;**-----

-----**7. CANDIDATURA AO PRODER/ADRUSE – SUBPROGRAMA 3 –  
ACÇÃO 3.2. – MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA – MEDIDA 3.2.1. –**

**CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL  
“ALTERAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL”;** -----

-----**8. XIX CONGRESSO DA ANMP – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SEU SUBSTITUTO;** -----

-----**9. MOÇÃO “PORTAGENS NA A23 E A25”.** -----

-----Declaração de voto do Senhor **Deputado Armando Neves:**-----

-----“Votei contra a alteração à Ordem de Trabalhos, por considerar que a alteração ao edital é contrária ao estabelecido no Regimento da Assembleia Municipal e na Lei Geral.”-----

-----Declaração de voto da Senhora **Deputada Isabel Andrade:** -----

-----“A bancada do PPD/PSD – CDS/PP concorda com a posição do Senhor Deputado Armando Neves, relativamente à alteração da Ordem de Trabalhos.”-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** referiu que apesar de não constar no Regimento da Assembleia Municipal, a alteração à Ordem de Trabalhos, a Mesa da Assembleia tem autonomia para propor a sua alteração. -----

-----De seguida, o Senhor **Presidente da Câmara** solicitou à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, que o ponto 9 – Moção “Portagens na A23 e A25”, fosse retirado da Ordem de Trabalhos, uma vez que neste momento não faz qualquer sentido apresentar uma Moção, quando estão perante um Governo demissionário. -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** não concorda com a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, uma vez que, e como consta em acta de Reunião de Câmara do dia 13/04/2011, foi o Senhor Presidente que propôs a referida Moção. -----

-----  
-----O Senhor **Deputado Nuno Nascimento** disse que em reunião da Comissão Permanente, um membro presente nesta Assembleia Municipal, havia referido que esta Moção era descabida, sendo que, após a Comissão Permanente, devem ter reunido e decidido retirar o assunto.-----  
-----

-----O Senhor **Deputado José Albano** relativamente a este assunto referiu que em Sessão da Assembleia Municipal de 30/06/2010, os Senhores Deputados Albino Bárbara e Armando Neves apresentaram moções contra as portagens nas auto-estradas A25, A23 e A24. Disse também, que na reunião de Câmara onde foi apresentada esta Moção, a mesma foi aprovada, por unanimidade, por todas as forças partidárias representadas no executivo.-----  
-----

-----De seguida, disse que todos concordam com o explanado nesta Moção, mas o facto é que estamos perante um Governo em demissão. Disse que o Partido Socialista não concorda com a inclusão de portagens na A23 e A25. Referiu também que o PS tem reuniões de preparação antes de cada Assembleia e que apresenta propostas e sugestões ao executivo, sendo que, este executivo tem discernimento para avaliar a vontade do povo. -----  
-----

-----Por fim, disse que a bancada do PS sugere que seja feita uma recomendação no sentido da não colocação de portagens na A23. -----  
-----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse subscrever o que foi referido pelo Senhor Deputado José Albano. Disse que existem dois órgãos, ou seja, a Câmara Municipal e Assembleia Municipal, e quando a Câmara toma posições, também poderá decidir retirar as mesmas. -----  
-----

-----De seguida, disse que a Guarda irá eleger 4 Deputados para a Assembleia da República e o Dr. José Albano será um deles. Relativamente à introdução de portagens na A23 e A25, disse que os últimos 4 Deputados do PS na Assembleia da República tiveram uma posição no Distrito,

diferente da assumida em Lisboa, esperando que esse facto não volte a acontecer, independentemente dos Partidos. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** referiu que na política existem bancadas e como tal, esta proposta foi discutida na Concelhia do PS. Disse também, que o executivo tem toda a legitimidade para propor que este assunto seja retirado e cada um votará como entender. -----

-----O Senhor **Deputado Luís Carlos** assumiu perante toda a Assembleia Municipal, que havia sido ele, o Deputado que na reunião da Comissão Permanente, considerou esta Moção descabida e sem sentido, acrescentando que a sua posição se mantém. -----

-----O Senhor **Deputado Nuno Nascimento** espera que o Dr. José Albano tenha na Assembleia da República, a mesma postura demonstrada nesta Assembleia, relativamente à não introdução de portagens na A23 e A25 e que não o consigam demover das suas convicções. -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** referiu que a maioria vence sempre e a razão fica do lado de quem a tem. A proposta foi aprovada, por unanimidade, pelo executivo. Disse entender a postura do Senhor Deputado José Albano e do PS, sendo que, parece-lhe que deveriam organizar-se melhor para não acontecerem estas situações. -----

-----O Senhor **Deputado José Albano** referiu que aquando da aprovação da introdução de portagens nas SCUT, não fazia parte da Assembleia da República. Enquanto Presidente da Federação do PS – Guarda, assumiu o compromisso, dentro das suas competências, de reivindicar pela não inclusão de portagens na A23 e A25. Disse que o Governo havia explicado que a introdução de portagens, por um Governo de gestão, seria

inconstitucional, conforme um parecer do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros, sendo esta a razão da sua suspensão.-----

-----De seguida, referiu que os pórticos estão instalados e que darão lugar ao pagamento, e como tal, o Executivo deveria fazer uma recomendação ao Governo. A Federação Distrital do PS – Guarda, tem como objectivo promover o seu Distrito e melhorar a qualidade de vida das pessoas, estando contra o pagamento de portagens por parte de residentes e empresas localizadas no Concelho. -----

-----Por fim, o Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse que apesar da forte contestação, a introdução de portagens nestas vias, vai ser mesmo uma realidade, sugerindo que nessa altura, se apresente uma Moção contra o pagamento nas SCUT.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** pôs à votação a retirada do ponto 9 da Ordem de Trabalhos. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 3 votos contra e uma abstenção, retirar o ponto 9 – Moção “Portagens na A23 e A25”, da Ordem de Trabalhos.** -----

-----Declaração de voto do Senhor **Deputado Armando Neves**:-----

-----“Consideramos despropositada a retirada da Moção do ponto 9 da Ordem de Trabalhos, porquanto a mesma foi proposta pelo Executivo e aprovada, por unanimidade, pelos restantes membros, inclusive o Senhor Presidente da Concelhia do Partido Socialista de Celorico da Beira, revelando uma submissão política e partidária incoerente atendendo à postura assumida por esta Assembleia Municipal em sessões anteriores na votação de duas Moções contra as portagens. O interesse da região e seus habitantes e empresas deveria estar acima dos interesses partidários e cada um deverá tirar as conclusões que entender.” -----

-----1 - **APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25/02/2011**-----

-----Foi presente a acta n.º 1, referente à sessão ordinária do dia 25/02/2011, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----Dispensada a sua leitura e depois de feitas as devidas correcções, foi a mesma aprovada, por maioria, com 4 abstenções.-----

-----2 - **RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 25/02/2011**-----

-----António Agostinho Lucas da Silva;-----

-----António Júlio da Silva Veiga Simão;-----

-----Milena Sandra Tavares Esteves;-----

-----Frederico Manuel Martins Sena;-----

-----Patrícia Cristina Figueiredo Parente;-----

-----Joaquim Fernando Costa Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----

-----Paulo Sérgio da Silva Mimoso, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira.-----

-----De seguida, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento de um ofício enviado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, no qual sugeria que uma Assembleia Municipal fosse realizada no Centro Cultural, para que os funcionários da Câmara Municipal pudessem tomar conhecimento da situação financeira da autarquia.-----

-----**EXPEDIENTE**-----



-----A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, cuja listagem se anexa (**anexo I**), que se encontra na secção de actas, para quem pretenda consultar.-----

-----**3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do art.º 53.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da actividade do Executivo, desde a última sessão ordinária até à presente, documento que se anexa à presente acta (**anexo II**).-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** perguntou se os Senhores Deputados tinham alguma questão a colocar sobre a informação escrita. De seguida, respondeu a algumas questões colocadas na última Assembleia Municipal, na qual não esteve presente. Relativamente à Pousada de Linhares da Beira disse ter sido um processo bastante complicado, estando neste momento sanado, com a abertura da referida Unidade Hoteleira. No que concerne à questão das fossas sépticas, referiu que as AdZC enviaram um ofício informando de que as fossas sépticas existentes na Vila de Celorico da Beira ainda não drenam para as Etar's, encontrando-se em execução os projectos necessários, prevendo-se a sua conclusão para Julho de 2011.-----

-----A Senhora **Deputada Isabel Andrade** congratulou-se com a finalização das obras na Pousada de Linhares da Beira e com a abertura da mesma, esperando que a sua reabertura se mantenha.-----

-----O Senhor **Deputado António José da Fonseca** referindo-se à Biblioteca Municipal pretendeu saber onde se encontra o equipamento

adquirido pela autarquia. Questionou também o porquê de a obra estar parada. Por fim, disse que existe um valor de adjudicação e que está ultrapassado, pretendendo saber o porquê desta situação.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que todas as obras têm trabalhos a mais, daí o valor da obra não ser o inicial. -----

-----**4 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente documento da Câmara Municipal e que fica apenso a esta acta (**anexo III**), informando de que nos termos do n.º 2, do art.º 48.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, foi proposto adquirir os serviços de ROC.-----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** disse que o ROC da Câmara e da EMCEL poderia ser o mesmo, até porque, a Lei assim o permite, questionando o porquê de não ter sido feito, evitando assim, custos acrescidos.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar a aquisição pela Câmara Municipal, dos serviços de ROC a: A. Figueiredo Lopes & Manuel Figueiredo, SROC.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS A 2010 E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**-----

-----Foi presente o documento em título, aprovado por maioria, em reunião do Executivo, realizada no dia 13/04/2011, que fica a fazer parte integrante desta acta (**anexo IV**).-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador António Silva para apresentar este assunto. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por cumprimentar todos os presentes e referir que este relatório reflecte a actividade desenvolvida e descreve a real situação do Município. Disse que 2010 à semelhança dos anos anteriores foi um ano de graves dificuldades financeiras para o Município, espelhando também a grave crise económica que atravessa o país. - -----

-----Referiu terem sido contabilizados 876.879,69€ em 2010 de facturação das Águas do Zêzere e Côa, estando estas facturas na sua maioria incluídas em acções judiciais interpostas pela mesma empresa ao Município. Disse ter havido Municípios que optaram por desistir e sair deste sistema para integrar outro, estando este Município numa situação de desigualdade. Referiu que apesar do aumento do tarifário da água, as taxas do concelho continuam a ser as mais baixas.-----

-----Em matéria de custos, referiu que a acentuada elevação da despesa, prende-se com questões de provisões provenientes de acções que ainda estão a correr termos em Tribunal, citando a título de exemplo, um processo da Associação de Melhoramentos, Cultural, Desportiva e Recreativa do Concelho de Celorico da Beira no valor de 30 mil euros e um outro processo relacionado com a Escola Profissional Beira Serra, relativa à entrega dos bens retirados da escola profissional/restituição em espécie ou pagamento de 240 mil euros.-----

-----Relativamente a despesas com o Pessoal, houve um aumento relativamente a 2009 no valor de 559.647,42€, uma vez que, em 2010 houve transferência de competências para a Autarquia do pessoal não docente das escolas, resultante de um acordo assinado com o Ministério da Educação, que associado a encargos com o pessoal docente das actividades extracurriculares implicou um aumento nas rubricas de despesa com o pessoal na ordem dos 673.234€. Assim, pode-se concluir que na

realidade, sendo descontadas as despesas com as transferências de competências, houve uma redução nas despesas com pessoal comparativamente a 2009, no valor aproximado de 73.586,58€. -----

-----Deu conhecimento de que tem sido realizada obra em cooperação com as Juntas de Freguesia, sendo estes, investimentos estruturantes. Deu também conhecimento de algumas obras já aprovadas no exercício de 2011, citando a título de exemplo, o Parque Industrial A25, havendo já empresas interessadas em investir naquele espaço, o que irá permitir um crescimento económico. -----

-----Disse que no ano de 2010 o Município recorreu ao PREDE, que permitiu obter empréstimos junto da banca e do estado para regularização de dívidas de curto prazo a fornecedores. Este empréstimo teve impacto nas percentagens de execução orçamental da receita e da despesa. -----

-----As percentagens de execução orçamental no ano de 2010 foram de 55,36% na despesa e 55,42% na receita, revelando um aumento relativamente a 2009, que foram de 36,08% e 35,93% respectivamente. -----

-----Disse como igualmente tem referido em várias reuniões de executivo e Assembleia Municipal, que a situação do Município poderá ser de desequilíbrio financeiro estrutural, estando já previsto um concurso para a Firma que irá auxiliar este trabalho. -----

-----Disse que em 2010 houve uma redução nos montantes do FEF transferidos para os Municípios, bem como, o Município foi obrigado a pagar ao SNS o montante de 71.539,83€. O Município recebeu em 2010 menos 227.451€ do que estava previsto no Orçamento de Estado para 2010, por imposição das medidas de austeridade estatais, o que aliado à retenção feita pelo SNS totaliza 298.990,83€. É de referir que o montante retido pelo SNS, não é referente à dívida existente e contabilizada no Município à ADSE, mas sim, a uma estimativa baseada nas despesas realizadas em 2009, ou seja, o SNS descontou antecipadamente aos Municípios um montante que pode não coincidir com a despesa realmente

efectuada, configurando-se como um adiantamento a eventuais despesas com a ADSE.-----

-----De seguida e fazendo referência à Certificação Legal de Contas da Câmara Municipal, disse que o parecer do ROC é favorável, mas com algumas ressalvas como constam do referido documento. Disse também que as últimas demonstrações financeiras disponíveis da Empresa Municipal, EMCEL, respeitam ao exercício de 2009. O capital próprio da EMCEL no final desse período revelava um valor inferior a metade do seu capital social.-----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** começou por fazer referência a uma entrevista dada pelo Senhor Vereador António Silva, ao Jornal Nova Guarda onde referiu o seguinte: “E, nos minutos seguintes, recebemos também uma chamada da EDP, dizendo que haveria um corte de energia eléctrica no concelho de Celorico da Beira por a dívida existente ser superior a 300 mil euros. Resolvemos a situação e hoje a dívida à EDP está praticamente liquidada”. Da análise ao relatório agora apresentado constata-se que, em Dezembro de 2010, a dívida à EDP era de 388 mil euros, portanto mais oitenta e oito mil euros que nessa altura. -----

-----Fez de seguida referência a outro excerto dessa mesma entrevista, no qual foi referido o seguinte: “É inconcebível que uma autarquia deva cerca de 600 mil euros de ADSE, que não era paga desde o ano 2000. Certeza tenho uma: é que a ADSE está paga desde o dia que nós entrámos para a autarquia.” Da análise ao relatório agora apresentado constata-se que, em Dezembro de 2010, a dívida à ADSE era de 803 mil euros, ou seja, mais 203 mil euros que nessa altura.-----

-----Referiu-se ainda a um outro excerto dessa mesma entrevista, onde disse o seguinte: “A autarquia estava em terceiro lugar a nível nacional na lista dos municípios endividados e era das autarquias que pior pagava aos seus fornecedores”, sendo que, neste momento o prazo médio de

pagamento aos fornecedores do concelho é de 471 dias. Ou seja, ocupa os piores lugares a nível nacional segundo os dados oficiais.-----

-----De seguida, disse que o Resultado Líquido apurado no exercício apresenta um valor negativo no montante de 1.886.108,31€, tendo o Senhor Vereador António Silva justificado esse valor com grandes investimentos estruturantes, que não são visíveis. O relatório apresentado evidencia a completa ausência de investimento em áreas estruturantes, de estratégia e controlo de gestão. Considera que a gestão financeira do município é caótica, não utilizando os instrumentos básicos de atracção de pessoas e empresas, sendo a mesma orientada para uma política de favor e de promoção da imagem pessoal.-----

-----Um dos muitos exemplos desta política é o facto de 82% do valor da Biblioteca Municipal se encontrar liquidado, não percebendo o porquê da obra não ser concluída. Referiu também o exemplo das piscinas municipais onde foram gastos 25 mil euros, encontrando-se as mesmas encerradas. Relativamente à transferência de competências para autarquia, na área da educação, consubstanciada no englobamento do pessoal não docente do Agrupamento, afirmou que a medida teve apenas uma intenção eleitoralista que não foi seguida pela maioria dos municípios do Distrito e do País, podendo no futuro vir a ter efeitos nefastos na já frágil situação financeira do município e na manutenção dos postos de trabalho dos respectivos funcionários.-----

-----Disse que todas as receitas são importantes para o Município, fazendo novamente alusão à participação de até 5% nas receitas de IRS, que não estão a ser cobradas pelo Município, verba que fica para o Estado. Para finalizar, referiu-se à Prestação de Contas de 2009, que foram reprovadas pelo Tribunal de Contas, acrescentando que aquando da sua aprovação havia votado contra, prevendo que o mesmo volte a acontecer relativamente à execução de 2010.-----

-----

-----Relativamente à Certificação Legal de Contas, a Senhora **Deputada Isabel Andrade** começou por dizer que o n.º 2, do artigo 48.º, da Lei n.º 2/2007, de 15/01, refere que o auditor externo é nomeado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas. Nesta sequência, referiu não ser possível haver uma certificação legal de contas, certificadas por um auditor que ainda não estava nomeado por esta Assembleia. -----

-----De seguida, e fazendo referência ao n.º 3, do artigo 41.º, da supra citada lei, disse que a situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira pode ser, declarada por despacho conjunto do Ministro das Finanças Locais e do Ministro que tutela as autarquias locais, após comunicação da DGAL. -----

-----A Senhora **Deputada Diana Seco** começou por fazer referência a uma dívida de iluminações decorativas no valor de 10 mil euros, pretendendo saber de que se trata, uma vez que o ano passado não houve iluminação de Natal. Falou também numa outra dívida ao Grupo Folclórico de Faro, no montante de 1.700€, referindo que deveriam dar prioridade aos da Região. Relativamente à EMCEL disse que se a mesma não dá lucro, deveriam equacionar o seu encerramento. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer ser notório que o Senhor Deputado Armando Neves gosta de ler as suas entrevistas. Disse que os orçamentos não partem do zero e que têm um historial, e como o Senhor Deputado já foi Vereador nesta Câmara, questionou-o sobre algumas matérias: aprovação do contrato de concessão com as AdZC; obra da Habitação Social que não tinha licenciamento; contrato da Biblioteca Municipal; Piscinas da Lageosa do Mondego; Pousada de Linhares da Beira; Camada de desgaste da Variante; entre outros. -----

-----Sobre o desequilíbrio financeiro referiu que este assunto será analisado em reunião de Câmara e Assembleia Municipal. Disse que é preciso procurar investimento para o desenvolvimento da economia local. Relativamente à EMCEL disse que o Conselho de Administração, de acordo com a Lei, não é remunerado. Quando assumiram a EMCEL havia uma dependência desta por parte da Câmara Municipal, que foi diminuindo ao longo dos tempos. Deu conhecimento de que o Solar do Queijo recuperou o volume de vendas.-----

-----Relativamente à Certificação Legal de Contas, referiu que o contrato do ROC havia terminado, foi lançado concurso através da plataforma electrónica, que ficou deserto, tendo que se abrir novamente concurso, que foi ganho pelo Dr. Figueiredo Lopes, tendo sido aquele que apresentou o valor mais baixo. -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** lamentou a intervenção do Senhor Vereador António Silva, que como é do conhecimento geral não suporta as críticas, reagindo da pior forma às mesmas, não tendo apresentado argumentos e respondido às questões que lhe foram colocadas. Limitou-se a realizar mais uma vez, sem suporte oficial, insinuações graves, que incluem membros desta Assembleia Municipal, grande parte pertencentes actualmente à bancada do partido socialista. Instou portanto o Senhor Vereador a apresentar factos que sustentem as suas insinuações ou a calar-se de uma vez por todas. -----

-----Relembrou que aquando da eleição deste executivo providenciou no sentido de fornecer ao mesmo, toda a informação existente na câmara municipal, sobre os seus pelouros e sobre os pelouros do anterior Presidente da Câmara. Disponibilizou-se também para prestar esclarecimentos sempre que este executivo o entendesse relativamente aos pelouros e aos processos que eram da sua responsabilidade.-----



-----A Senhora **Deputada Isabel Andrade** dirigindo-se ao Senhor Vereador António Silva disse que as suas explicações não sanam as suas ilegalidades e como tal a Certificação Legal de Contas, não poderia estar certificada por um ROC, que ainda não detinha competências para a fazer. Disse ainda, que a Certificação Legal de Contas tem data de 28/04/2011 e só hoje, dia 29/04/2011, foi aprovada a nomeação do ROC, sendo que, se tal ilegalidade for aprovada, irá denunciá-la junto das entidades competentes.-----

-----**Submetidos os documentos de Prestação de Contas de 2010 a votação, foram os mesmos aprovados por maioria, com 9 votos contra, 10 abstenções e 16 votos a favor.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----Declaração de voto do Senhor **Deputado Armando Neves:**-----

-----“Em consequência da votação acabada de realizar, sou em nome dos elementos que compõem a bancada do MAJUSP, a apresentar declaração de voto, chamando a sua atenção para alguns aspectos que passo a enumerar:-----

-----Possível nulidade do acto administrativo por não cumprimento da legislação em vigor nomeadamente:-----

----- - Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro;-----

----- - Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 245/2003, de 7 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 1/2005, de 4 de Janeiro;--

----- - Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro;-----

----- - Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro.-----

-----Com efeito, o não envio dentro do prazo estabelecido de documentos que obrigatoriamente devem acompanhar a prestação de contas, em concreto – Certificação Legal de Contas e parecer do Revisor Oficial de Contas – pode despoletar a nulidade do processo e responsabilizar civilmente os membros desta Assembleia.-----

-----Isto porque, a nomeação do revisor oficial de contas, e o envio dos documentos garantiriam que o órgão executivo (Câmara Municipal) que remeteu a esta Assembleia os documentos de prestação de contas se pudesse pronunciar em devido tempo. É efectivamente insólito que um órgão se pronuncie sobre uma matéria tão importante como esta, não estando na posse da respectiva certificação e parecer do auditor externo. Como refere a legislação:-----

-----“As contas dos municípios que detenham participações no capital de entidades do sector empresarial local são remetidas ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as contas, apresentados pelo revisor oficial de contas”.-----

-----A certificação legal das contas e o seu parecer, apresentados por este revisor, são obrigatórios desde 2007, conforme dispõe a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro e foram apresentados no ano passado (2009). A mesma legislação refere que o auditor externo deve, por força do disposto, *“proceder anualmente à revisão das contas, competindo-lhe, entre outras funções, verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte, participar aos órgãos municipais as irregularidades, bem como factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos, proceder à verificação dos valores patrimoniais, ou recebidos em garantia, depósito ou outro título e remeter **semestralmente ao órgão deliberativo do município, informação sobre a respectiva situação económica e financeira**”* o que não tem sido feito, pelo menos desde o início deste mandato.-----

-----Face à natureza das tarefas, era essencial portanto, ter procedido à nomeação do auditor externo, sob pena de se pôr em causa o correcto desempenho das funções que lhe estão legalmente cometidas. Naturalmente que, para economia de recursos financeiros, nada impedia que este revisor de contas fosse o revisor da entidade do sector empresarial local participado, ou seja EMCEL, nos termos do disposto no artigo 28.º, da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro.-----

-----Outra questão tem a ver com a sua nomeação. Refere a legislação que o mesmo tem de ser nomeado por deliberação da assembleia municipal, conforme disposto no seu n.º 2, para o exercício das competências previstas no n.º 3 do mesmo artigo. Partindo do princípio que o mesmo possa ser nomeado nesta Assembleia, como poderia ter realizado a tarefa de certificação e emissão de parecer, após deliberação do órgão executivo que remete para este órgão os documentos? -----

-----Configura-se portanto uma muito provável, grave situação de incumprimento, absolutamente injustificável, numa matéria tão sensível como a apresentação de contas do exercício de 2010, mesmo tendo este executivo conhecimento da não homologação das contas de 2009, pelo Tribunal de Contas, que mencionou vários incumprimentos e violações legais, a saber, existência de dívida em mora à ADSE no valor de 731 mil euros (em 2009), não apresentação de contas consolidadas, orçamento sobreavaliado e elaborado com falta de rigor, baixas taxas de execução orçamental, acumulação de dívidas a fornecedores, desequilíbrio Financeiro e incumprimento do equilíbrio orçamental corrente e endividamento insustentável. -----

-----O relatório do Tribunal de Contas evidenciou a falta de rigor e de transparência desta gestão autárquica. Isto em 2009, mas a situação em 2010, agravou-se ainda mais, podendo aplicar-se neste caso o ditado popular – *“Bem prega Frei Tomás, faz o que ele diz, não faças o que ele faz”*. -- -----

-----Vejam os:-----

-----1 - Verifica-se em 2010 um prejuízo (resultado negativo) de 1.886.000 euros; -----

-----2 - As dívidas (passivo exigível) no final de 2010 somavam 22.668.000 euros. Em 2009 eram 21.087.099 euros. Aumentaram em 1.580.901 euros (cerca de 8%) e serviram exclusivamente para pagamento de despesas correntes;-----

-----3 – Os custos (despesas) com pessoal atingiram o montante record de 7.214.000 euros, ao passo que em 2009 eram 6.753.000 euros. O aumento foi de 461.000 euros (7%) !!!! -----

-----4 - As vendas de mercadorias em 2010 foram de 138.474,72 euros e o seu respectivo custo foi de 345.101 euros. Isto é, foram vendidas mercadorias adquiridas em 2010 cujo prejuízo obtido foi na ordem dos 207.000 euros !!!! -----

-----5 - Estão registadas contabilisticamente obras em curso cuja conclusão já terá sido efectuada em exercícios anteriores e que assim já deveriam estar a ser amortizadas (exemplos: Requalificação do Castelo, Gimnodesportivo) ???-----

-----6 - Não foi apresentado no processo de prestação de contas e contrariamente aos exercícios anteriores, o mapa recapitulativo de fornecedores (relações de aquisições de bens e serviços por fornecedor), tendo-me sido entregue somente hoje; -----

-----7 - A Nota 8.2.16 do Anexo refere-se às contas de 2008 da EMCEL, quando já deveria ser referente a 2010. Não existe informação financeira desta empresa de 2009 e 2010 ??? Porquê ?? Nesse sentido e atendendo aos valores de 2008 indicados, está em causa a recuperabilidade do valor constante dos investimentos financeiros da Câmara! -----

-----8 - O mapa referido no ponto 8.2.7 do Anexo – Movimentos do Imobilizado Bruto – não foi disponibilizado no processo de contas. -----

-----9 - Por fim, verificam-se também em 2010 as insuficiências detectadas e comunicadas recentemente pelo Tribunal de Contas quanto ao exercício de 2009, factos que implicaram a não promulgação das mesmas.-

-----Estes factos sustentam portanto o voto contra apresentado. -----

-----Assim sendo, tendo como base esta declaração de voto, repudio veementemente o processo de apresentação de contas e solicito-lhe, Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal, que diligencie no sentido de obter os pareceres necessários, junto da DGAL, CCDRC e Tribunal de Contas, aferindo da legalidade do procedimento e evitando possíveis

situações de responsabilização dos membros da Assembleia Municipal e das Juntas de Freguesia aqui presentes, e a consequente repetição do acto de não homologação das contas, com os problemas que daí podem advir.” -

-----Declaração de voto da Senhora **Deputada Isabel Andrade**: -----

-----“A bancada do PPD/PSD – CDS/PP votou contra as contas de 2010 porque se verifica a manutenção e/ou o agravamento de todas as situações que levaram à não homologação das contas de 2009 pelo Tribunal de Contas, sendo de salientar o grande aumento da despesa. Neste âmbito, é expectável que relativamente às contas de 2010 o TC não as venha a homologar com os mesmos fundamentos das contas de 2009, nomeadamente: -----

----- - Vários incumprimentos e violações legais;-----

----- - Existência de dívida em mora à ADSE no valor de 731 mil euros; ---

----- - Não apresentação de contas consolidadas; -----

----- - Orçamento sobreavaliado e elaborado com falta de rigor;-----

----- - Baixas taxas de execução orçamental; -----

----- - Acumulação de dívidas a fornecedores;-----

----- - Desequilíbrio Financeiro e incumprimento do equilíbrio orçamental corrente;-----

----- - Endividamento insustentável.-----

-----Para além destes aspectos, este ano acresce ainda a falta de certificação legal por parte do Revisor Oficial de Contas, por ilegalidades na apresentação da mesma, atento o disposto no n.º 2, artigo 48.º, da Lei 2/2007, de 15/01, o que fere a mesma de nulidade, com a qual esta bancada não pode compactuar.” -----

-----Declaração de voto do Senhor **Deputado Albino Bárbara**: -----

-----“A bancada do PS votou a favor a Prestação de Contas, e considerou relativamente à Certificação Legal de Contas, que existe uma irregularidade temporal e não uma ilegalidade.” -----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal** esclareceu que os Deputados da bancada do PS que se abstiveram, foi pelo facto de as contas de 2009 não terem sido homologadas, e o mesmo poder acontecer às ora apresentadas. -----

-----**6 – PRESTAÇÃO DE CONTAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 2010 DA EMCEL** -----

-----Para efeitos da alínea c), do n.º 1, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, com as alterações da Lei 5-A/2002, de 11/01, foram presentes e Relatório de Gestão e Contas da EMCEL relativos a 2010, que ficam apensos a esta acta (**anexo V**). -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

-----**7 – CANDIDATURA AO PRODER / ADRUSE – SUBPROGRAMA 3 – ACÇÃO 3.2. – MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA – MEDIDA 3.2.1. – CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL “ALTERAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL”** -----

-----Foi presente informação técnica, da Secção de Obras Municipais, relativamente à Candidatura ao PRODER / ADRUSE – Subprograma 3 – Acção 3.2. – Melhoria da Qualidade de Vida – Medida 3.2.1. – Conservação e Valorização do Património Rural “Alteração do Edifício do Mercado Municipal”, para aprovação. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a importância e a necessidade da realização do projecto “Alteração do Edifício do Mercado Municipal”, atendendo que a recuperação do edifício do Mercado Municipal é do interesse colectivo e factor de desenvolvimento para a população e economia local.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**8 – XIX CONGRESSO DA ANMP – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SEU SUBSTITUTO**-----

-----Pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi presente ofício da ANMP, para se proceder à eleição do Presidente de Junta de Freguesia, bem como do seu substituto, que, em representação de todas as Juntas de Freguesia do Concelho, participará no XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

-----Pelo Senhor **Deputado José Albano** foi apresentada uma lista à qual se chamou de Lista A composta pelos seguintes elementos:-----

-----**ELEMENTO EFECTIVO:**-----

-----Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal, Senhor José Francisco Gomes.-----

-----**ELEMENTO SUPLENTE:**-----

-----Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro, Senhor José Jorge da Silva.-----

-----Pelo Senhor **Deputado Nuno Nascimento** foi apresentada uma lista à qual se chamou de Lista B composta pelos seguintes elementos:-----

-----**ELEMENTO EFECTIVO:**-----

-----Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares, Senhor Alexandrino Manuel Pereira Ferreira da Silva e Faria.-----

-----**ELEMENTO SUPLENTE:**-----

-----Presidente da Junta de Freguesia de Ratoeira, Senhora Natália Baptista Nobre.-----

-----Efectuada a respectiva votação, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia**, procedeu à abertura da urna de voto e foi dado início à contagem dos votos. Os resultados finais da votação foram os seguintes: ---

----- - 18 (dezoito) votos na lista A;-----

----- - 3 (três) votos na lista B.-----

-----  
-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----  
-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”. -----  
-----

-----O Senhor João Patrício referiu que há três anos atrás, prestou um serviço a esta autarquia relacionado com Montarias de Caça, realizadas por 13 vezes, sendo que, cada uma destas tinha um custo de 300€, prestação de serviços acordada com o Dr. António Silva. Disse que durante todo este tempo nunca recebeu qualquer importância das 13 montarias acima referenciadas, perfazendo neste momento um total de 3900€. Questionou o executivo, na pessoa do Dr. António Silva, quando pretendem liquidar esta dívida. -----  
-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que a zona de caça municipal foi integrada em novas zonas de caça geridas por Clubes/Associações do concelho, sendo que, estas associações procederam à emissão dos respectivos cheques, que por sua vez, foram cancelados por iniciativa destas mesmas associações. Disse que a Câmara reconhece esta dívida e que a mesma será liquidada. -----  
-----

-----O Senhor **Deputado José Albano** relativamente à situação descrita sugeriu que fosse feito um plano de pagamentos para liquidar a respectiva dívida. -----  
-----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, à 1:30h, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.-----



---

---

---